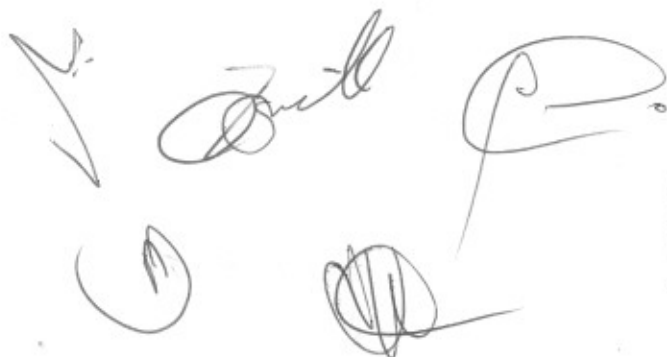


CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

Entre as partes, de um lado, o SINDUSCON-ES - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DE OUTRO LADO, OS SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, MONTAGEM, ESTRADA, PONTE, PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM - SINTRACONST, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO DE SÃO MATEUS, SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO resolvem estabelecer a presente Convenção Coletiva de Trabalho na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, a qual se regerá pelas seguintes condições:



CLÁUSULA - DO PRAZO

O prazo de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho é de 12 meses, com início em 01 de maio de 2009 e término em 30 de abril de 2010.

CLÁUSULA – DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange todos os trabalhadores das empresas de Construção Civil e Montagem com atividades neste setor, nos municípios abrangidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores convenientes, com exceção daqueles trabalhadores pertencentes a categorias diferenciadas.

CLÁUSULA - DO REAJUSTE SALARIAL

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho concederão reajuste salarial de 10% aos trabalhadores da categoria que percebam uma remuneração inferior a R\$ 3.500,00 e de 8% aos trabalhadores da categoria que percebam uma remuneração superior a R\$ 3.500,00, a ser pago a partir de 01 de maio de 2009, a incidir sobre o salário de 01 de maio de 2008.

Parágrafo Primeiro - Dos Salários Normativos

Os salários normativos, por hora e por mês, das categorias profissionais, no mês de maio de 2009, serão os seguintes:

CATEGORIA	SALÁRIO HORA (R\$)	SALÁRIO MÊS (R\$)
Auxiliar de Obras	2,29	503,80
Mensageiro	2,29	503,80
Auxiliar de Escritório	2,29	503,80
Vigia	2,29	503,80
Suboficial	2,64	580,80
Operador de Equipamento	2,64	580,80
Oficial	3,12	686,40
Almoxarife	3,12	686,40
Apontador	3,12	686,40
Oficial Pleno	3,67	807,40
Oficial Polivalente	4,05	891,00
Encarregado	4,34	954,80
Encarregado Geral	5,65	1.243,00

Parágrafo Segundo - Serão compensadas todas as antecipações salariais concedidas no período de 01/05/2008 a 30/04/2009, exceto os aumentos salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, término de aprendizagem e aumento real expressamente concedido a esse título.



**SINDUSCON ES**SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA - DA REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, que somente serão trabalhadas por motivo de necessidade imperiosa, serão remuneradas conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único – As horas extraordinárias realizadas com frequência deverão ser objeto de acordo com os Sindicatos Convenientes.

CLÁUSULA - DO PRAZO DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E HOMOLOGAÇÕES

O pagamento das verbas devidas por ocasião da demissão far-se-á nos termos da lei nº 7.855/89.

Parágrafo Primeiro - No caso de não cumprimento do caput desta Cláusula, fica estipulada uma indenização equivalente ao dobro do salário diário, limitada a 10 dias, independente da multa prevista na citada lei, revertida ao trabalhador.

Parágrafo Segundo - O empregador comunicará por escrito no próprio instrumento do Aviso Prévio fornecido ao empregado, o local e horário para recebimento das verbas rescisórias.

Parágrafo Terceiro - O Sindicato dos Trabalhadores não poderá cobrar ou recusar-se à homologação das rescisões, ainda que no documento haja incorreções. Nesta hipótese, a homologação será feita sob ressalva daquelas incorreções que, se não sanadas no prazo de 2 dias úteis contados a partir do registro da ressalva no termo de rescisão, implicará a aplicação das penalidades previstas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, sem que ocorra qualquer tipo de duplicidade de punição. No caso de a ressalva envolver questões de difícil aferição, esse prazo será de até 5 dias úteis.

Parágrafo Quarto - O simples erro material nas contas referentes às rescisões de contrato de trabalho, sem dolo do empregador, não implica a obrigação do pagamento da indenização prevista no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto - Caso o empregado, por culpa ou dolo, provocar o atraso no pagamento das verbas rescisórias, ou ainda vier a se recusar ao recebimento de tais verbas, não será aplicada à empresa a obrigação relativa à indenização prevista no parágrafo primeiro. Não havendo o comparecimento do empregado no dia e hora marcados para a homologação da rescisão do contrato de trabalho, ou caso haja a recusa no recebimento das verbas rescisórias, o Sindicato dos Trabalhadores se obriga a registrar, no Termo de Rescisão, a existência do não comparecimento ou recusa do empregado, conforme o caso.

Parágrafo Sexto - Para todos os trabalhadores com menos de um ano de contrato de trabalho, as empresas se obrigam a efetuar o pagamento das verbas rescisórias em cheque nominal ao trabalhador ou através de depósito bancário, ressalvados os casos de pagamento perante o Sindicato Profissional.

Parágrafo Sétimo - Os Sindicatos Profissionais se obrigam a homologar todas as rescisões contratuais entre a empresa e os trabalhadores, desde que oficiadas ou comunicadas, via fax, pela empresa, aos Sindicatos Profissionais, no prazo de até 5 dias após o início da vigência do aviso prévio trabalhado ou 3 dias após o início da vigência do aviso prévio indenizado. Caso os Sindicatos Profissionais não disponibilizem o atendimento no prazo estabelecido, a empresa ficará isenta da indenização estipulada no parágrafo primeiro.

Av. Nossa Senhora da Penha, 1830, 2º andar
Barro Vermelho - Vitória/ES CEP 29057-565
Tel.: (27) 3434-2050 - Fax: (27) 3434-2060
www.sinduscon-es.com.br

Parágrafo Oitavo - As rescisões dos trabalhadores analfabetos somente serão válidas com assistência dos Sindicatos Profissionais.

CLÁUSULA - DO ADICIONAL E BENEFÍCIOS PARA TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM ÁREAS INDUSTRIAIS

Para os trabalhadores de classificação oficial, (pedreiro, carpinteiro, bombeiro hidráulico, eletricitista, armador e apontador), enquanto estiverem exercendo função nas áreas industriais das empresas Arcelor Mittal, Vale, Samarco, CSV, Aracruz Celulose, Petrobrás, Belgo Mineira e nos Portos, Usinas Hidrelétricas e Aeroporto receberão um adicional equivalente à diferença entre o piso correspondente ao de oficial pleno e o piso de oficial. Este adicional será identificado nesta convenção como Adicional em Área Industrial e não será incorporado ao salário e só será pago ao trabalhador quando este estiver exercendo função nas chamadas áreas industriais, independentemente do período trabalhado.

Parágrafo Primeiro - Caso os trabalhadores enquadrados no caput desta cláusula sejam demitidos no prazo de até 60 dias após a sua transferência para obras fora das áreas identificadas como áreas industriais, às verbas rescisórias considerarão os benefícios salariais do período trabalhado nas áreas industriais.

Parágrafo Segundo - As regras estabelecidas nesta cláusula ficam mantidas, também, para os empregados que já atuam nas áreas industriais, nesta data.

Parágrafo Terceiro - Os trabalhadores não alojados, identificados no "caput" desta cláusula terão direito ao recebimento da cesta básica, conforme estabelecido na cláusula quarta do aditivo desta convenção.

Parágrafo Quarto - Entendem-se como áreas industriais aquelas circunscritas às unidades das empresas onde se situam as plantas para produção industrial.

Parágrafo Quinto - O adicional e os benefícios estabelecidos nesta cláusula não incorporarão ao salário, para quaisquer efeitos legais trabalhistas ou previdenciários, independentemente do período trabalhado, observando-se, contudo a ressalva posta no parágrafo primeiro.

CLÁUSULA – DA AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho somente farão desconto em folha de pagamento de seus empregados de quaisquer valores, respeitados o art. 462 da CLT e súmula 342 do TST.

CLÁUSULA - DOS ALOJAMENTOS

As empresas que utilizam trabalhadores domiciliados em outros estados da federação obedecerão no que respeitam à questão de alojamentos, as especificações das Normas Regulamentadoras aplicáveis.

CLÁUSULA - DAS FOLGAS PERIÓDICAS

A folga periódica será concedida para os funcionários alojados por conta da empresa, no período máximo de 05 (cinco) dias úteis incluindo a viagem, sendo compensada mediante a realização de serviços em horário além da jornada normal de trabalho, obedecendo à periodicidade de 90 dias.



Parágrafo Primeiro - A folga será compensada na seguinte proporção: cada hora trabalhada de compensação equivalerá a 2 horas de folga, independentemente do tipo de hora trabalhada, dando-se prioridade na compensação às horas trabalhadas de segunda à sexta-feira.

Parágrafo Segundo - As empresas obedecerão ao quadro de folgas, que conta com número de dias de folga que cada empregado faz jus, de acordo com a distância entre a obra e a sua cidade de origem, declarada na ficha de admissão, bem como a forma e os dias em que haverá compensação da folga concedida, de acordo com a tabela abaixo:

DISTÂNCIA	QUANTIDADE DE FOLGAS
De 200 a 300 km	1 dia útil
De 301 a 600 km	2 dias úteis
De 601 a 1000 km	3 dias úteis
De 1001 a 1500 km	4 dias úteis
Acima de 1500 km	5 dias úteis

Parágrafo Terceiro - As empresas anteciparão o valor ou oferecerão as passagens como forma de ajuda de custo aos empregados, sujeitos estes à prestação de contas no prazo máximo de 3 dias após seu regresso, sob pena de desconto em seu próximo salário, dos valores antecipados a tal título.

Parágrafo Quarto - O descumprimento do prazo para prestação de contas do Parágrafo Terceiro desta Cláusula desobrigará as empresas de futuro reembolso da passagem.

CLÁUSULA - DA ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão alimentação aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, nas modalidades abaixo relacionadas, podendo as empresas optar por:

- a) Alimentação pronta para consumo; ou
- b) Ticket ou Cartão-Refeição no valor mensal de R\$ 99,00; ou
- c) Cesta alimentação mensal, priorizando-se a entrega na residência do trabalhador, composta dos seguintes itens: arroz tipo 1 (15kg), feijão tipo 1 (4kg), fubá (1 kg), farinha de mandioca (2kg), óleo de soja (3 latas), leite em pó integral (2 latas ou sacos de 400g), açúcar cristal (6kg), farinha de trigo (1kg), charque dianteiro (1kg), macarrão (2kg), biscoito de maisena (400g), pó de café (1kg), creme dental (2 tubos de 90g cada), sabão em pedra (1kg), sabonetes (3 de 90g cada), biscoito cream-cracker (400g); ou
- d) Cartão-Alimentação no valor mensal de R\$ 99,00; ou
- e) Convenio Supermercado para fornecimento dos itens da cesta alimentação descrita na letra "c" desta cláusula.

Parágrafo Primeiro - As empresas que fornecerem alimentação constante de planilha de preços contratados em órgãos públicos ou empresas privadas deverão seguir o valor de cada órgão, fornecendo aos Sindicatos Laborais os valores, desde que solicitados.

Parágrafo Segundo - Será descontado o valor de R\$ 1,00/mês de cada trabalhador, para o conjunto de benefícios alimentares constantes desta Convenção Coletiva de Trabalho.



Parágrafo Terceiro - Os trabalhadores que, no curso do mês tiverem falta injustificada, terão redução proporcional no benefício ou desconto em folha, no mês subsequente, salvo nos casos do benefício referido no item "a".

Parágrafo Quarto - O empregado no período de férias, fará jus à cesta-alimentação, cartão ou ticket, se não tiver reduzido seu período de férias em função das faltas não justificadas no seu período aquisitivo, excetuando-se deste benefício a alimentação pronta.

Parágrafo Quinto - O trabalhador admitido até o dia 10 de cada mês terá direito a receber a modalidade de alimentação fornecida pela sua empresa, conforme relacionada no caput desta cláusula.

Parágrafo Sexto - A entrega da cesta-alimentação ou do ticket ao trabalhador, bem como os créditos nos cartões ou convênio de supermercado será efetuado até o dia 10 de cada mês.

Parágrafo Sétimo - As empresas fornecerão aos trabalhadores da categoria no período de festas de final de ano, sem prejuízo nos benefícios da alimentação mensal, cesta com produtos: 1 refrigerante 2 litros, 1 caixa de bombom sortido 400g, 1 panetone 400g, 1 leite condensado 270g, 1 goiabada 300g, 1 creme de leite 200g, 1 farofa pronta 250g, 2 misturas para bolo 400g, 1 uva passas s/ semente 100g, 1 embalagem de azeitona 100g, 1 salgadinho aperitivo 50g, 1 biscoito recheado 140g, 2 gelatinas 85g.

Parágrafo Oitavo - O trabalhador afastado por benefício previdenciário receberá, no mês do afastamento, o benefício alimentação, aplicando-se as demais condições desta cláusula.

Parágrafo Nono - As empresas poderão alterar a forma de concessão do benefício da alimentação desde que haja manifestação escrita de seus trabalhadores e posteriormente encaminhada aos sindicatos convenientes.

Parágrafo Décimo - Os benefícios concedidos nesta cláusula, não têm natureza salarial, estando livres de quaisquer incidências de encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA - DO CAFÉ DA MANHÃ

As empresas fornecerão a todos os trabalhadores das categorias profissionais classificadas nesta convenção coletiva de trabalho café da manhã ou da tarde, composto de pão com manteiga, café e leite.

CLÁUSULA - DA FALTA JUSTIFICADA

O empregado poderá, mediante comunicação prévia e comprovação posterior, sem prejuízo do seu salário, do repouso remunerado e das férias, se ausentar do trabalho, nas horas necessárias, para receber PIS (desde que seu empregador não tenha feito o convênio com agência da Caixa Econômica para pagamento do PIS/Empresa) ou FGTS, na agência da Caixa Econômica mais próxima do seu local de trabalho.

CLÁUSULA - DOS ACORDOS COLETIVOS

É facultado às empresas estabelecer acordos coletivos de trabalho com os Sindicatos dos Trabalhadores Convenientes, objetivando a melhoria das condições mínimas estabelecidas nesta Convenção.



CLÁUSULA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho deverão em um prazo de até 120 dias, a contar da data de assinatura deste instrumento, implementar seus Programas de Participação nos Resultados. Para aqueles programas deverão ser observados os seguintes princípios:

- 1) Estabelecimento dos parâmetros e/ou critérios de apuração e pagamento da Participação dos Resultados pelas comissões instituídas para aquele fim nos termos da lei 10.101/2000.
- 2) As empresas solicitarão por escrito ao respectivo Sindicato Laboral a indicação de representantes para participação nas comissões previstas na lei 10.101/2000 ficando obrigados os Sindicatos Laborais a proceder as referidas indicações no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da solicitação. Em caso da não indicação no prazo aqui estabelecido, a empresa nomeará um de seus empregados associados aos Sindicatos Convenentes, como representante do sindicato laboral enviando comunicação por escrito ao sindicato.
- 3) Fica estabelecido que as empresas que não instituírem seus programas de Participação dos Resultados, dentro do prazo previsto no caput desta cláusula, reverterão a favor de cada um de seus empregados prejudicados a quantia correspondente a 10% do salário base mensal respectivo no primeiro mês, e, 5% por mês do salário base mensal respectivo a partir do segundo mês, até a data da efetiva instituição dos Programas de Participação dos Resultados.
- 4) Em caso de não cumprimento do que estabelecido no item 3, fundamentado o motivo de força maior, novo prazo para implantação poderá ser objeto de negociação junto aos Sindicatos Convenentes.

CLÁUSULA - DO SEGURO E AUXILIO FUNERAL

As empresas, em atendimento a proposta apresentada pelos sindicatos laborais, em até 90 dias, contados a partir da assinatura desta convenção coletiva de trabalho, contratarão seguro de vida com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 para morte natural, acidental (inclusive os gerados por acidentes de trabalho), invalidez permanente de R\$ 10.000,00, auxílio funeral de R\$ 2.100,00, invalidez laborativa permanente total por doença de R\$ 2.000,00, Diária de Internação hospitalar em UTI, decorrente de acidente pessoal coberto de R\$ 2.500,00, reembolso por cirurgia decorrente de cirurgia pessoal de R\$ 2.500,00 e R\$ 690,00 em alimentação em caso de afastamento motivado por acidente de trabalho, ressalvadas aquelas empresas que já praticam condições iguais ou mais benéficas.

Parágrafo Único - Para atendimento do "caput" desta cláusula, a empresa descontará, mensalmente, a importância de até R\$ 4,00 de cada trabalhador, conforme aprovado em Assembléias laborais, importância essa que será repassada diretamente ao prestador do seguro.

CLÁUSULA - DA CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Fica constituída comissão paritária, formada por indicação das partes signatárias desta convenção coletiva de trabalho, para no período de 01/07/2009 a 28/02/2010 elaborar uma nova proposta para Classificação Profissional.



CLÁUSULA - DA JORNADA DE TRABALHO

As partes convenientes estabelecem que, na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a jornada de trabalho, normal e semanal, será de 9 horas diárias, de segunda a quinta-feira, e de 8 horas na sexta-feira, sendo o sábado compensado pelas horas excedentes trabalhadas nos primeiros 4 dias da semana, na forma prevista no Art. 59, parágrafo 2º da CLT.

Parágrafo Primeiro - Durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas cuja obra atinja estágio no qual o trabalho seja inadiável, por exigências técnicas ou por dispositivos contratuais, poderão alterar a jornada de trabalho estabelecida no caput desta cláusula, desde que proceda a comprovação prévia aos Sindicatos dos Trabalhadores.

Parágrafo Segundo - Em caso de feriado, independentemente do dia da semana, prevalecerá a jornada de trabalho do caput, ou seja, 44 horas semanais, para todos os efeitos legais, desde que não haja falta no período.

Parágrafo Terceiro - O trabalhador que se ausentar, com justificativa e devidamente autorizado pela empresa, estará sujeito a desconto das horas nas quais esteve ausente, porém não poderá ser descontado do repouso remunerado.

Parágrafo Quarto - Os minutos referidos no artigo 58 parágrafo 1º da CLT, alterado pela Lei nº.10.243/2001 a qual estabelece que não serão computados como jornada extraordinária as variações do registro de entrada e saída, em até quinze minutos na entrada e quinze minutos na saída.

CLÁUSULA - DA COMPENSAÇÃO

Levando-se em consideração os dias úteis entre feriados e os fins de semana e a localização municipal dos canteiros de obras, fica estabelecida a possibilidade de compensação da jornada de trabalho daqueles dias úteis não trabalhados, a critério de cada empresa.

Parágrafo Único - A compensação dos respectivos dias opcionalmente não trabalhados conforme previstos no caput desta cláusula poderá ser com redução de dias de férias, ou com o acréscimo da jornada diária, dentro dos limites legais, mediante calendário previamente comunicado aos sindicatos laborais.

CLÁUSULA - DA ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

É assegurada à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na Constituição Federal, estendendo-se por mais 60 dias.

CLÁUSULA - DA LICENÇA PATERNIDADE

De acordo com o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal combinado com o parágrafo 1º do artigo 10, do ato das disposições constitucionais transitórias, a licença paternidade será de 5 dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluindo, o dia previsto no inciso III, do art. 473 da CLT.

Parágrafo Primeiro - Será concedida uma garantia de emprego ou salário por um período de 30 dias, ao trabalhador que se tornar pai, cujo direito será adquirido com a apresentação da respectiva certidão de nascimento cuja apresentação deverá ocorrer no período prescrito em Lei.



Parágrafo Segundo - O mesmo benefício será estendido aos trabalhadores que adotarem legalmente uma criança, sendo necessária a apresentação da respectiva documentação oficial da adoção.

CLÁUSULA - DA ESTABILIDADE DO EMPREGADO ACOMETIDO DE DOENÇA COMUM

O empregado que, por motivo de doença comum, tiver recebido a concessão do benefício previdenciário, gozará de garantia de emprego ou salário de 45 dias, a contar do término do benefício, salvo nos seguintes casos:

- a) Término da obra em que ele estiver trabalhando;
- b) Extinção da Empresa.

Parágrafo Primeiro - Retomando o empregado ao trabalho, em se verificando a impossibilidade técnica para o desempenho de sua função, ele poderá ser aproveitado para execução de outras tarefas.

Parágrafo Segundo - Dentro do prazo de 45 dias, a contar do término da concessão do benefício previdenciário estes empregados não poderão ter seus contratos de trabalho rescindidos pelo empregador, a não ser em razão de prática de falta grave ou por mútuo acordo entre o empregado e o empregador com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional.

CLÁUSULA - DA ESTABILIDADE DA COMISSÃO

Fica assegurada à Comissão Representativa dos Trabalhadores, na negociação da Convenção Coletiva de Trabalho, estabilidade de 90 dias, a contar do recebimento da relação protocolizada no SINDUSCON-ES, que terá número máximo de 12 representantes divididos em comum acordo entre os quatro sindicatos de trabalhadores que assinam esta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Único - Os membros da referida Comissão terão abonados os dias de negociação, conforme calendário fornecido pelo SINDUSCON-ES.

CLÁUSULA - DO ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Será permitido o acesso dos Dirigentes aos canteiros de obra para fiscalizar o cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das normas relativas a Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho, desde que avisado, através de ofício, com antecedência de 22 horas do início da próxima jornada de trabalho, ao escritório central da empresa ou da obra, com validade de dez dias para esse ofício, comunicando o horário da visita também com as mesmas 22 horas de antecedência, para facultar à empresa acompanhar os Dirigentes citados. Em caso de denúncia que deva ser apurada imediatamente, será permitida a presença de um Dirigente do Sindicato, devidamente credenciado, desde que proceda à comunicação, através de ofício, com, no mínimo, 22 horas do início da próxima jornada de trabalho à empresa.

Parágrafo Único - Os resultados advindos das visitas dos Dirigentes Sindicais previstas no caput desta Cláusula serão alvos de negociação específica entre as partes, estabelecendo-se, de comum acordo, um prazo justo para regularização da pendência, previsto de 10 dias, ressalvadas as situações especiais que, por características técnicas, justifiquem prazo superior.



CLÁUSULA - DO REPRESENTANTE DA CATEGORIA

É reconhecido o direito ao Sindicato dos Trabalhadores de indicar seus representantes nos municípios abrangidos por sua extensão de base, não podendo ditos representantes serem dispensados da empresa na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, salvo nos casos de término de obra ou encerramento das atividades da empresa no município, ou renúncia, caso em que poderão ser substituídos, desde que o substituto não esteja em aviso prévio.

Parágrafo Primeiro - Os representantes serão indicados nas seguintes proporções: 5 representantes para o Município de Serra; 5 representantes para o Município de Vitória; 5 representantes para o Município de Vila Velha; 2 representantes para o Município de Aracruz; 4 representantes para o município de Guarapari e 1 representante para cada um dos outros municípios da base territorial dos Sindicatos Laborais, ficando limitado, no máximo, 1 representante por empresa.

Parágrafo Segundo - Na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho o empregador que tenha empregado exercendo cargo de Representante Sindical se compromete a liberá-lo por até 4 dias por mês, previamente informado pelo Sindicato dos Trabalhadores à Empresa, com o mínimo de 22 horas de antecedência em relação a próxima jornada de trabalho, sem prejuízo do seu salário mensal e benefícios, para o exercício de sua atividade sindical. Caso a liberação exceda o prazo de 4 dias, o excesso será suportado pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Parágrafo Terceiro - Os Representantes referidos no caput desta Cláusula, deverão ser formal e nominalmente informados ao SINDUSCON-ES, que comunicará às respectivas empresas a que pertencem, com a indicação do município que passarão a representar.

Parágrafo Quarto - A estabilidade provisória concedida no caput desta Cláusula não implica afastamento do trabalho, sendo assegurados ao trabalhador o direito e o dever de trabalhar.

CLÁUSULA - DO DIRIGENTE SINDICAL

Na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o empregador que tenha empregados exercendo cargo de Dirigente Sindical eleito se compromete a lhes liberar, por até 4 dias por mês, previamente informado com o mínimo de 22 horas de antecedência em relação a próxima jornada de trabalho pelo Sindicato dos Trabalhadores à sua empresa, sem prejuízo do seu salário mensal e benefícios, para o exercício de sua atividade sindical. Caso a liberação exceda o prazo de 4 dias, o excesso será suportado pelo Sindicato dos Trabalhadores. Estão excluídos desta liberação, a Diretoria Executiva, os Membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes, ficando, portanto, liberados os Suplentes da Diretoria Executiva, os representantes à Federação e seus Suplentes, e o Diretor Regional e seu Suplente.

Parágrafo único – São garantidos ao Dirigente Sindical o direito e o dever de trabalhar, sendo vedada a proibição sem motivo de acesso ao posto de trabalho.

CLÁUSULA - DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Estando devidamente autorizados por deliberação das Assembléias Gerais realizadas nos Sindicatos dos Trabalhadores que assinam esta Convenção Coletiva de Trabalho, os empregadores se comprometem a descontar mensalmente dos empregados associados aos respectivos sindicatos dos trabalhadores, como Contribuição Negocial, o valor



Av. Nossa Senhora da Penha, 1830, 2º andar
Barro Vermelho - Vitória/ES CEP 29057-565
Tel.: (27) 3434-2050 - Fax: (27) 3434-2060
www.sinduscon-es.com.br

equivalente a 1% calculado sobre a remuneração bruta, para custeio das atividades dos sindicatos profissionais, devendo as importâncias apuradas serem recolhidas até o décimo dia do mês subsequente, em formulário próprio, fornecido pelas entidades representativas dos empregados e depositada nas contas abaixo indicadas:

- a) Conta 376-3 da Caixa Econômica Federal, agência 167, Vitória - ES, em favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estrada, Ponte, Pavimentação e Terraplenagem - SINTRACONST;
- b) Conta nº 003-469-6 da Caixa Econômica Federal, Agência 0717-0, Praça de São Mateus-ES, em favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de São Mateus e Nova Venécia;
- c) Conta nº 003-458-3 da Caixa Econômica Federal, Agência 0171, Centro, Praça Jerônimo Monteiro, Cachoeiro de Itapemirim-ES, em favor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento e de Construção Civil, Terraplenagem e Pavimentação do Sul do Estado do Espírito Santo.
- d) Conta nº 003-714-8 da Caixa Econômica Federal, Agência 0555, Linhares-ES - Centro, em favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Terraplenagem, Estradas, Pontes e Construção de Montagem de Unhares e Rio Bananal, Jaguaré, Colatina e São Gabriel da Palha - SINTRACON.

Parágrafo Primeiro - Por deliberação das assembléias laborais, será descontado dos empregados associados aos respectivos sindicatos dos trabalhadores, no mês de junho/2009, percentual adicional correspondente a 1%, portanto o desconto relativo ao mês de junho será excepcionalmente de 2%.

Parágrafo Segundo - No caso de discordância individual com o estabelecido no caput da Cláusula, deverá o trabalhador manifestar-se diretamente ao Sindicato da Categoria laboral (conforme precedente normativo nº 4 do Egrégio TST), no prazo de 30 dias após a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho ou de sua contratação.

Parágrafo Terceiro - Para fins de cadastro as empresas fornecerão mensalmente aos Sindicatos laborais as listas com os nomes dos empregados que sofreram desconto da Taxa de Fortalecimento Sindical, bem como as guias de pagamento referente ao mês anterior.

Parágrafo Quarto - Para fins de pesquisa os Sindicatos Laborais se obrigam a repassar ao SINDUSCON-ES mensalmente a relação dos empregados que sofreram desconto da Contribuição Negocial, para fins de pesquisa.

Parágrafo Quinto - A presente cláusula constitui mera reprodução da deliberação das assembléias realizadas pelos sindicatos profissionais, ficando pelas partes convencionado que toda e qualquer divergência, esclarecimentos, dúvidas ou ações de ordem econômica, administrativa ou judicial deverão ser tratadas direta e exclusivamente com os Sindicatos Profissionais elencados, bem como qualquer ônus financeiro e/ou impostos incidentes sobre referidas contribuições serão integralmente assumidos pelos Sindicatos representativos dos trabalhadores, únicos beneficiários da contribuição prevista nesta cláusula, os quais assumem toda e qualquer responsabilidade pela sua fixação, estando isento o sindicato patronal signatário do presente, bem como as empresas por ele representado.



**CLÁUSULA - DA COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Nos termos da Lei de nº 9.958, de 12.01.2000, fica instituída a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes indicados pelas entidades sindicais, cuja constituição e normas de funcionamento que serão regidas por instrumento específico e exclusivo que trata a matéria.

CLÁUSULA - DAS PENALIDADES

As infrações às disposições da presente Convenção Coletiva de Trabalho sujeitarão o infrator às penalidades abaixo enumeradas, que serão aplicadas na seguinte proporção:

- 1) Comunicação formal com concessão recíproca de 10 dias para regularização da situação;
- 2) Aplicação de uma multa no valor de R\$ 8,00 por cada trabalhador atingido pela infração, após 10 dias, caso o empregador não atenda as exigências.

Parágrafo Primeiro - A multa a que se refere o caput será cobrada pelos Sindicatos dos Trabalhadores, via judicial.

Parágrafo Segundo - Às Cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho que já tenham previsão de penalidades expressas em face da sua transgressão não se aplica o disposto neste caput.

Parágrafo Terceiro - Os Sindicatos Convenientes serão competentes para propor, preferencialmente na Comissão de Conciliação Prévia, onde houver e, em caso de não haver acordo, na Justiça Específica, ação de cumprimento, objetivando dirimir impasses individuais ou coletivos.

CLÁUSULA - DA MÃO-DE-OBRA LOCAL

As empresas darão prioridade à contratação de mão-de-obra local.

CLÁUSULA - DO QUADRO DE AVISOS

As empresas permitirão afixar em seus quadros de avisos comunicações oficiais de interesse exclusivo da categoria, expedidas e firmadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores.

CLÁUSULA - DO CRACHÁ

Fica estabelecido que as empresas fornecerão crachás de identificação contendo: Nome, função e o tipo sanguíneo de seus usuários.

CLÁUSULA - DAS SUBEMPREENTEIRAS

Fica convencionado que, havendo necessidade de sub-empregada, as empresas deverão contratar subempreiteiros juridicamente constituídos e que cumpram o que determina a Lei em vigor.

Parágrafo Primeiro - As empresas se obrigam, desde que solicitadas, a enviar para o Sindicato dos Trabalhadores, no prazo de 10 dias, nomes, endereços e inscrições das firmas sub-empregadas com as quais foram celebrados contratos de subempreitada.

Parágrafo Segundo - As sub-empregadas estarão sujeitas ao dispositivo contido nesta Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive quanto ao prazo de pagamento de salários, com a mesma responsabilidade e penalidades pelo descumprimento da Norma Coletiva, e

a sua abrangência e fiscalização dentro dos canteiros de obra estarão a cargo do SINTRACONST, SINDUSCON-ES e SECONCI.

CLÁUSULA - DOS MATERIAIS DE LIMPEZA

As empresas fornecerão gratuitamente, materiais de limpeza com composição química antialérgica definida na embalagem para limpeza e higiene pessoal.

CLÁUSULA - DA ÁREA PARA BICICLETA

Toda empresa manterá um local determinado, dentro dos canteiros de obra, com instalações adequadas para os seus empregados guardarem suas bicicletas.

CLÁUSULA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – EMPRESAS

As empresas **associadas**, inclusive condomínios em fase de construção, que na data-base deste ajuste possuam empregados vinculados aos Sindicatos Laborais, contribuirão, como abaixo especificado, com valores pecuniários estabelecidos para cada faixa, com enquadramento baseado no valor do capital social ou patrimônio líquido, o que for maior. Essa contribuição é necessária para o custeio da negociação da qual for presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como para manutenção de outras atividades sindicais patronais.

FAIXA	Capital Social ou Patrimônio Líquido (R\$)		Valor de Contribuição (R\$)
	De	A	
I	0,01	50.000,00	545,00
II	50.000,01	100.000,00	1.090,00
III	100.000,01	250.000,00	1.158,00
IV	250.000,01	500.000,00	1.226,00
V	500.000,01	1.000.000,00	1.293,00
VI	1.000.000,01	2.000.000,00	1.362,00
VII	2.000.000,01	3.000.000,00	1.499,00
VIII	Acima de	3.000.000,01	1634,00

Parágrafo Primeiro - Os condomínios em fase de construção ficam automaticamente enquadrados na faixa I.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado através de guia própria, as quais serão encaminhadas ou disponibilizadas pelo SINDUSCON-ES com vencimento para 30/06/2008.

Parágrafo Terceiro - No caso de discordância com o estabelecido nesta cláusula, deverá a empresa manifestar-se diretamente ao SINDUSCON-ES, no prazo preclusivo de 10 dias a contar da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Quarto - Caso a contribuição não seja paga no vencimento, será acrescida de multa compensatória de 2% , nos trinta primeiros dias, com o adicional de 2% por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1 % ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator isento de outra penalidade.

Parágrafo Quinto - Caso a contribuição não seja paga no vencimento, sendo o contribuinte instado ou compelido judicialmente, além dos acréscimos previstos no

parágrafo anterior, serão acrescidos as cominações legais e respectivos honorários advocatícios.

Parágrafo Sexto - A cobrança judicial acima prevista será promovida por ação de execução de título extrajudicial, que será lastreada neste Instrumento Normativo, acompanhado por certidão expedida pelo SINDUSCON-ES, contendo os valores devidos, com a respectiva planilha de composição e atualização, indicando a qualificação da pessoa física ou jurídica devedora, conforme, analogicamente, prevê o Art. 606 da CLT.

CLÁUSULA - DA CIPA

As empresas informarão aos Sindicatos Profissionais as datas das eleições, com antecedência de 30 dias, e os componentes eleitos, 30 dias após a sua eleição.

Parágrafo Primeiro - Em canteiros de obras ou frentes de trabalho com até 20 trabalhadores, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA, conforme estabelecido na NR-5, da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo Segundo - Em canteiros de obras ou frentes de trabalho com 21 ou mais trabalhadores a empresa deverá observar o disposto no item 18.33 da NR-18 da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Parágrafo Terceiro - As empresas deverão convocar eleição para escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de 45 dias, antes do término do mandato em curso, sendo o processo eleitoral coordenado pela Comissão Eleitoral, que terá um representante dos trabalhadores, um da empresa e um da CIPA, caso a empresa já tenha uma CIPA constituída.

CLÁUSULA - DO PCMAT

Em todos os canteiros de obras ou frentes de trabalho, independente do número de trabalhadores, será obrigatória a elaboração e cumprimento do PCMAT - Programa de Controle do Meio Ambiente de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - O PCMAT deverá relacionar, obrigatoriamente, o número de trabalhadores da empresa principal, bem como o de suas contratadas.

Parágrafo Segundo - O disposto no parágrafo anterior não desobriga as empresas contratadas da elaboração do PPRA.

Parágrafo Terceiro - Todos os dados referentes à empresa contratada tais como: nome, endereço, CEI ou CNPJ, telefone, bem como a discriminação das funções e o número de trabalhadores lotados no canteiro de obras ou frente de trabalho deverão ser parte integrante do PCMAT da empresa principal.

Parágrafo Quarto - O PCMAT deverá ser revisado, no máximo a cada 90 dias.

CLÁUSULA - DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE

As empresas contratantes obrigam-se a exigir contratualmente de suas contratadas o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto às disposições constantes das NR-5 CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-7 PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, NR-9 PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.



Parágrafo Único - As empresas que participarem de processos licitatórios, deverão incluir, obrigatoriamente, em suas planilhas de custo os valores referentes à elaboração e implementação de programas de segurança e saúde no trabalho, como PCMAT - programa de Controle de Meio Ambiente de Trabalho, PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO - Programa de Controle de Médico e Saúde Ocupacional, bem como os valores referentes aos materiais e equipamentos de proteção no trabalho.

CLÁUSULA - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SECONCI-ES

O Serviço Social da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo - SECONCI-ES é uma entidade com o objetivo de prestar assistência social, promover a saúde ocupacional e fazer treinamentos, cursos e palestras, visando prevenir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais dos trabalhadores das empresas de construção e dos subempregados e demais empregados abrangidos por este instrumento normativo e regimento específico que trata do tema.

Parágrafo Único - as empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho se obrigam ao cumprimento integral do Termo de Aditamento, específico para o SECONCI-ES, e parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA - DA READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

As empresas abrangidas por esta Convenção coletiva de trabalho ficarão responsáveis pela absorção dos seus próprios profissionais já readaptados pelo INSS, em conformidade com a Lei, do trabalhador acidentado ou portador de doença profissional que apresentar seqüelas que limitem o desempenho de sua atividade laboral de origem, assim como a sua requalificação profissional equivalente, em caso de ficar incapaz de exercer a mesma profissão.

Parágrafo Único - Os empregados enquadrados no artigo 118 da Lei 8213/91, só poderão ter seus contratos de trabalho rescindidos pelo empregador, em razão de prática de falta grave ou por mútuo acordo entre o empregado e empregador com a assistência do respectivo Sindicato representativo da Categoria Profissional.

CLÁUSULA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho será mensal, com adiantamento quinzenal de no mínimo 40% do salário-base.

Parágrafo Primeiro - O adiantamento quinzenal será pago até o dia 20 de cada mês, antecipando em caso de coincidir com sábado, domingo ou feriado, e não sofrerá desconto.

Parágrafo Segundo - O pagamento mensal será efetuado até o dia 5 do mês subsequente, observando os critérios de antecipação previstos no parágrafo anterior, quando, então, será fornecido o envelope ou documento discriminando as parcelas e os descontos destinados, inclusive o referente ao adiantamento.

Parágrafo Terceiro - O pagamento poderá ser feito da seguinte forma:

- a) em espécie e durante o horário normal de trabalho;
- b) em cheque desde que seja viabilizado o saque durante o horário normal de trabalho;
- c) cartão-salário (magnético);
- d) depósito em conta bancária do empregado, de familiares ou de quem ele indicar (por



escrito), por ocasião de sua admissão. Tais depósitos deverão estar disponíveis para saque na data do pagamento.

CLÁUSULA - DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica estabelecido que, na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o Contrato de Experiência será de 30 dias.

CLÁUSULA - DO AVISO PRÉVIO

Fica estabelecido que o aviso prévio, em caso de demissão sem justa causa, será na forma indenizada para todos os trabalhadores que completarem um mínimo de 24 meses em um mesmo contrato de trabalho, contados a partir da assinatura desta convenção.

CLÁUSULA - DO TRABALHADOR ESTUDANTE

Para os trabalhadores que estiverem sendo alfabetizados depois do horário de trabalho e cujo Início das aulas coincida com o término da jornada de trabalho, poderão sair meia hora antes do término da jornada diária, sem prejuízo do salário.

CLÁUSULA - DA EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES

O SINDUSCON-ES e os Sindicatos Profissionais se comprometem a promover ações conjuntas no sentido de oferecer aos trabalhadores ensino fundamental e médio, supletivo, qualificação e requalificação dos trabalhadores.

CLÁUSULA - DO DIA DA CATEGORIA

Fica mantido nesta Convenção Coletiva de Trabalho o dia 06 de outubro como o Dia da Categoria.

Parágrafo Primeiro - Quando esse dia coincidir com dia útil será automaticamente transferido para a sexta-feira seguinte e não será trabalhado.

CLÁUSULA - DO CONVÊNIO FARMÁCIA

O SINDUSCON-ES e os Sindicatos dos Trabalhadores, na medida do possível, viabilizarão Convênio Farmácia/Óticas, com o objetivo de diminuir o custo dos trabalhadores.

CLÁUSULA - DOS CURSOS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

O SINDUSCON-ES, através do SECONCI e os Sindicatos Profissionais ministrarão, por solicitação e em conjunto, cursos de prevenção de acidentes para os trabalhadores das empresas que atuam na área de abrangência desta Convenção, com fornecimento de certificado de presença, ficando assegurada a indicação dos trabalhadores por ambos os Sindicatos.

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecido que os cipeiros serão liberados pela empresa dois dias por ano para participar de Cursos de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Parágrafo Segundo - Caso o trabalhador indicado esteja em atividade na empresa, terá que haver anuência do empregador para sua indicação.

Parágrafo Terceiro - As ausências ao trabalho em função dos cursos previstos no caput desta Cláusula ficam automaticamente abonadas mediante apresentação do certificado



de presença, ficando assegurada à possibilidade de todo trabalhador, independente de cargo ou função, participar dos referidos cursos.

Vitória (ES), 29 de maio de 2009.

SINDUSCON – ES Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – CNPJ – 28.164.473/0001-43




Aristóteles Passos Costa Neto – Presidente
CPF 606.639.557-53

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estrada, Ponte, Pavimentação e Terraplenagem – SINTRACONST – CNPJ – 28.164.291/0001-72



Paulo César Borba Peres - Presidente
CPF 664.852.907-53

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de São Mateus – CNPJ – 27.466.507/0001-91



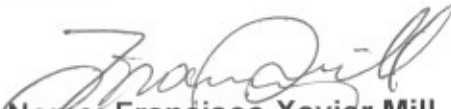
Joel Jorge – Presidente
CPF 758.821.407-49

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento e Construção Civil, Terraplenagem e Pavimentação do Sul do Estado do Espírito Santo – CNPJ – 27.368.273/0001-40

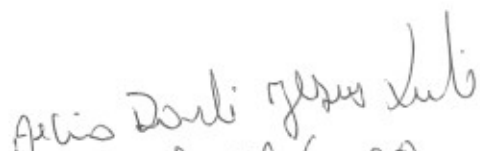


Francisco Azevedo Amorim – Presidente
CPF 283.422.167-72

Testemunhas:



Nome: Francisco Xavier Mill
CPF 395.374.987-00



Nome: Aécio Darli Gênes Lúbi
CPF 486 547 896-00

ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

CLÁUSULA - ABRANGÊNCIA

O presente Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 abrange a todas as empresas de montagem lotadas nos canteiros de obras das plantas destinadas à produção industrial das empresas Arcelor Mittal, Vale, Samarco, CSV, Aracruz Celulose, Petrobrás, Belgo Mineira e nos Portos, Usinas Hidrelétricas e Aeroporto,

Parágrafo Único - Por critério técnico e administrativo, e verificadas as condições específicas de cada empregado, as empresas poderão praticar salários superiores ao piso estabelecido e/ou conceder benefícios além dos constantes neste Aditivo, sem que haja a obrigatoriedade de extensão às outras empresas.

CLÁUSULA - DO PISO DA CATEGORIA DA MONTAGEM

Os salários normativos, por hora e por mês, das categorias profissionais referentes às empresas de montagem abrangidas por este aditivo no mês de maio de 2009, serão os seguintes:

PISOS DA MONTAGEM		
FUNÇÃO	SALÁRIO HORA(R\$) MAIO-2009	SALÁRIO (R\$) MÊS MAIO-2009
Ajudante de Montagem	2,43	534,60
Suboficial de Montagem	3,13	688,60
Almoxarife de Montagem	6,30	1.386,00
Caldeireiro	6,30	1.386,00
Eletricista	4,81	1.058,20
Eletricista de Manutenção	5,10	1.122,00
Eletricista F/C	6,30	1.386,00
Eletricista Montador	5,92	1.302,40
Encanador Industrial	6,30	1.386,00
Encarregado Caldeiraria	11,31	2.488,20
Encarregado Isolamento	11,31	2.488,20
Encarregado Tubulação	11,31	2.488,20
Encarregado Montagem	11,31	2.488,20
Encarregado de Pintura Industrial	11,31	2.488,20
Ferramenteiro	4,54	998,80
Funileiro	6,46	1.421,20
Instrumentista	6,30	1.386,00
Instrumentista Tubista	5,58	1.227,30
Instrumentista Montador	5,39	1.185,80
Isolador	4,78	1.051,60
Jatista	4,25	935,00
Lixador	4,10	902,00
Maçariqueiro	4,61	1.014,20

Mecânico Ajustador	6,30	1.386,00
Mecânico de Manutenção	5,50	1.210,00
Mecânico Montador	5,37	1.181,40
Mestre de Montagem	8,08	1.777,60
Mestre de Eletricidade	8,08	1.777,60
Mestre de Solda	8,08	1.777,60
Mestre de Instrumentação	8,08	1.777,60
Mestre de Montagem	8,08	1.777,60
Mestre de Tubulação	8,08	1.777,60
Montador de Andaime	4,98	1.099,56
Montador de Estrutura	4,77	1.049,40
Pintor Industrial	4,77	1.049,40
Pintor Letrista	4,25	935,00
Pintor Jatista	4,77	1.049,40
Rigger	5,13	1.128,60
Soldador de Chaparia RX	7,01	1.542,20
Soldador de Chaparia	6,15	1.353,00
Soldador MIG/MAG	7,78	1.711,60
Soldador Tubulação/RX	7,47	1.643,40
Soldador TIG/ER	8,01	1.762,20
Soldador TIG	7,83	1.722,60

Parágrafo Primeiro - Esses pisos são válidos para todos os trabalhadores, devidamente registrados, que exercem exclusivamente as funções constantes da tabela de salários acima.

Parágrafo Segundo - Serão Compensadas todas as antecipações salariais concedidas no período de 01/05/2008 a 30/04/2009, exceto os aumentos salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, término de aprendizagem e aumento real expressamente concedido a esse título.

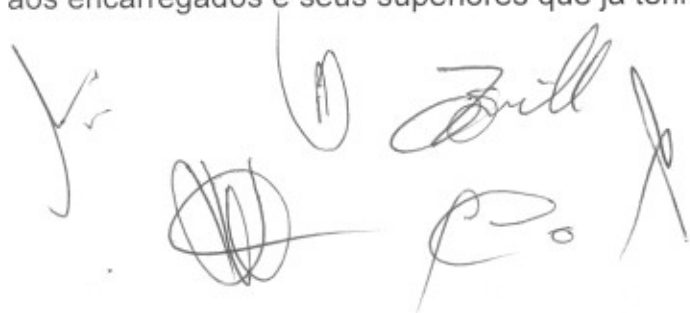
CLÁUSULA - DAS HORAS EXTRAS DESTA ADITIVO

Quanto aos trabalhadores das empresas de Montagem, abrangidas por este aditivo à convenção, os serviços prestados nas áreas industriais de segunda a sexta-feira serão remunerados com 50% de acréscimo sobre a hora normal; aos sábados, serão remunerados com 100% de acréscimo sobre a hora normal e, aos domingos e feriados, com 150% de acréscimo sobre a hora normal.

CLÁUSULA - BENEFÍCIOS PARA NÃO ALOJADOS

A seu critério as empresas fornecerão, mensalmente, cesta básica, vale supermercado, cartão alimentação ou convênio supermercado subsidiados no valor de R\$ 74,80 para os empregados não alojados, abrangidos por este Aditivo, que tenham sido admitidos até o dia 10 do mês de concessão, devendo ser descontado o valor de R\$ 1,00.

Parágrafo Primeiro - Os benefícios contidos no caput desta cláusula, não se aplicarão aos encarregados e seus superiores que já tenham outros benefícios.



Parágrafo Segundo - O empregado que tiver falta não justificada durante o mês concessivo, não fará jus aos benefícios contidos nesta cláusula.

Parágrafo Terceiro - As faltas justificadas através de atestado médico somente serão consideradas válidas para fins de concessão do benefício descrito no caput desta cláusula, se o atestado for emitido por médico da própria empresa, ou por empresa de assistência médica conveniada e indicada pela empresa, ou por serviço médico do SECONCI-ES quando a empresa for usuária do SECONCI-ES, e, excepcionalmente, caso a empresa não possua os serviços ou convênios médicos citados, do Sistema Único de Saúde. Quando os serviços médicos referidos neste parágrafo estiverem em locais diferentes da residência do trabalhador ou do local em que o trabalhador estiver exercendo suas funções e a empresa exigir que o trabalhador valide seu atestado médico originado no SUS, caberá à empresa concorrer com os custos para que o atestado médico seja validado.

Parágrafo Quarto - Os benefícios concedidos nesta cláusula, não têm natureza salarial, estando livres de quaisquer incidências de encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA - REEMBOLSO DE PASSAGENS DE ADMISSÃO

Todo funcionário que se encontrar alojado e que apresentar o comprovante de sua passagem oriunda de seu local de origem para a obra será reembolsado na data do próximo pagamento.

CLÁUSULA - TRANSPORTE

Para os funcionários abrangidos por este Aditivo e que utilizam transporte fornecido pela empresa, será efetuado o desconto de R\$ 1,00 por mês.

CLÁUSULA - VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 é de doze meses, com início em 1º de maio de 2009 e término em 30 de abril de 2010.





CLÁUSULA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho que não conflitem com o presente Aditivo serão integralmente obedecidas pelas partes.

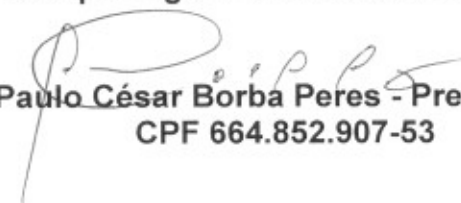
Vitória (ES), 29 de maio de 2009.

SINDUSCON – ES Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – CNPJ – 28.164.473/0001-43


Aristóteles Passos Costa Neto – Presidente
CPF 606.639.557-53

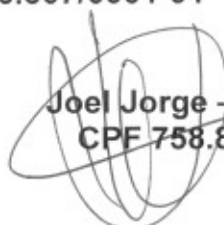




Av. Nossa Senhora da Penha, 1830, 2º andar
Barro Vermelho - Vitória/ES CEP 29057-565
Tel.: (27) 3434-2050 - Fax: (27) 3434-2060
www.sinduscon-es.com.br

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estrada, Ponte, Pavimentação e Terraplenagem – SINTRACONST – CNPJ – 28.164.291/0001-72



Paulo César Borba Peres - Presidente
CPF 664.852.907-53

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de São Mateus – CNPJ – 27.466.507/0001-91



Joel Jorge - Presidente
CPF 758.821.407-49

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento e Construção Civil, Terraplenagem e Pavimentação do Sul do Estado do Espírito Santo – CNPJ – 27.368.273/0001-40



Francisco Azevedo Amorim – Presidente
CPF 283.422.167-72

Testemunhas:



Nome: Francisco Xavier Mill
CPF 395.374.987-00

Nome: 
CPF 486.549.896-00